



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

PROTOCOLO Em ____ / ____ Hrs ____ Sob N° ____ Ass.: ____	☐ Projeto De Lei	N° ____ / ____	APROVADO
	☐ Projeto De Decreto Legislativo		Presidente da Câmara
	☐ Projeto De Resolução		
	☐ Requerimento		
	☒ Indicação		REJEITADO
	☐ Moção		Presidente da Câmara
	☐ Emenda		

Autor: **Ver. Franco Valério Cebalho da Cunha**

Partido: **Prós**

*“O Vereador que abaixo subscreve solicita à nobre Mesa, consultado o augusto e soberano Plenário, na forma regimental, para seja encaminhado expediente à **Excelentíssima Prefeita Municipal de Cáceres Antônia Eliene Liberato Dias**, com a seguinte proposição Plenária”:*

Excelentíssimo Presidente,

Solicito seja encaminhado expediente à **Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias**, com a presente Indicação, **para que seja dado início a estudos sobre a implantação de CENTRAIS DE ENERGIA FOTOVOLTAICA para abastecer o nosso município visando a total independência em relação as empresas de energia, bem como na diminuição da conta de energia, o que beneficiará várias famílias em nosso município de Cáceres.**

Segue abaixo os fundamentos desta Indicação.

JUSTIFICATIVA:

Senhores Vereadores,

Em que pese seja uma grande inovação, a implantação de **CENTRAIS DE ENERGIA FOTOVOLTAICA** já é realidade em alguns estados, do qual destaco o Estado de Mato Grosso do Sul, que já iniciou em 23/06/2021, estudos sobre o tema, senão vejamos:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES



“O Governo do Estado, por meio do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada (PROPP- MS), autorizou o início dos estudos técnicos destinados à implantação, manutenção e operação de Centrais de Energia Elétrica Fotovoltai- ca em Mato Grosso do Sul.

A autorização, publicada nesta terça-feira (22), no Diário Oficial do Estado, foi concedida ao grupo de empresas formado por Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda, Moysés & Pires Sociedade de Advogados e Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Selecionado por meio do PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), o grupo terá 90 dias para concluir os trabalhos. Conforme o edital, elaborado pelo Escritório de Parcerias Estratégicas (EPE), as centrais irão atender a demanda energética das estruturas físicas da Administração Pública, com serviços de com- pensação de créditos.

O projeto será uma Parceria Público-Privada (PPP) com objetivo de promover a sustentabilidade, gerar economia financeira, estimular o investimento em infraes- trutura, reduzir o uso de combustíveis fósseis e, acima de tudo, alcançar eficiência energética.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“É uma visão estratégica. A gente entende que priorizar a geração de energia limpa, renovável, é contribuir para questão ambiental, para a sustentabilidade de Mato Grosso do Sul, do Brasil e do mundo”, ressalta o governador Reinaldo Azambuja.

A intenção do governador é viabilizar economia financeira ao Estado, utilizando a energia sustentável para alcançar a eficiência energética nos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Com a implantação desta PPP, o Estado vai seguir o exemplo e o pioneirismo de lugares como Piauí, que implantou a maior usina solar do Brasil. Mato Grosso do Sul possui algumas unidades de captação de energia solar em grande escala, mas que não estão inseridas no âmbito da administração pública estadual.

“Esse projeto tem total aderência à nossa agenda para o desenvolvimento sustentável. Mato Grosso do Sul está comprometido com os ODS’s (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) da ONU que vão além deste projeto de energia fotovoltaica, a exemplo da PPP de esgotamento sanitário e da inclusão digital para 2021”, disse a secretaria Especial de Parcerias Estratégicas de Mato Grosso do Sul, Eliane Detoni.

De acordo com estudos preliminares, em Mato Grosso do Sul a taxa de incidência solar chega a 5.200 wh/m² ao dia, o que representa quase o dobro da irradiação solar da Alemanha e de outros países europeus, o que demonstra o grande potencial a ser explorado.

Em 2019 o consumo de energia elétrica dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Estado foi de, aproximadamente, 170 milhões de quilowatt-hora (KWh).



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Energia Solar Fotovoltaica

A captação de energia solar fotovoltaica funciona por meio de painéis solares que transformam em eletricidade a luz do sol, a energia mais abundante e amplamente renovável do planeta.

Com a emissão constante de gases poluentes na atmosfera, e que contribuem para o efeito estufa e destruição da camada de ozônio, o uso de fontes limpas e renováveis de energia tem se tornado uma amostra de responsabilidade com o meio ambiente e com o planeta.

“Com a execução desse projeto, o Governo do Estado será exemplo de desenvolvimento sustentável. Fomentar o uso de energia limpa e de energias renováveis é uma linha estratégica do Governo do Estado”, afirmou Eliane.

De acordo com Eliane, diversos estudos indicam que o Brasil tem grande potencial na utilização desse tipo de energia. “O Brasil possui capacidade e potencial gigantescos para aproveitar esse recurso. Mato Grosso do Sul está entre as regiões, e mais especificamente entre os estados, com maior incidência solar no país”, explicou a secretária.

Energia Limpa

Produzida a partir de fontes renováveis, disponíveis na natureza, a energia limpa não libera gases prejudiciais na atmosfera e sua produção tem pouco impacto nos ecossistemas, como a energia fotovoltaica.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Esse tipo de energia pode ser gerada mesmo em dias nublados ou chuvosos. No entanto, quanto maior for a radiação solar, maior será a produção de eletricidade. Este tipo de sistema já é utilizado há mais de 30 anos.

Ilumina Pantanal

Aliando desenvolvimento e a preservação ambiental, o governador Reinaldo Azambuja lançou, juntamente com a Energisa, outro projeto audacioso que irá ampliar no Pantanal, para áreas remotas, o acesso à energia elétrica por fonte renovável, utilizando a energia fotovoltaica.

O projeto, que recebeu o nome de "Ilumina Pantanal", vai levar energia elétrica para cerca de cinco mil pessoas que vivem em áreas remotas do bioma e que atualmente não contam com o serviço.

A partir de julho, a maioria das unidades consumidoras atendidas terão instalados microssistemas individuais de geração solar fotovoltaica e armazenamento da energia excedente em baterias. Tudo sem custo para o consumidor.

Ao todo, 2.167 unidades consumidoras serão beneficiadas pelo projeto até 2022, o que representa em torno de 5 mil habitantes, espalhados por uma área de 90 mil km², nos municípios de Corumbá, Aquidauana, Coxim, Ladário, Porto Murtinho, Rio Verde e Miranda.

*Luciana Brazil, EPE/Segov*¹

E o mais inovador é que essas centrais estão sendo financiadas pelo BNDES, se não vejamos:

1 Fonte: <http://www.ms.gov.br/governo-autoriza-inicio-de-estudos-tecnicos-para-implantacao-de-centrais-de-energia-fotovoltaica/> - acessado em 14/10/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“INVESTIMENTO

BNDES financia maior complexo de energia solar em construção na América Latina

Serão construídas 14 usinas no norte de Minas Gerais

Compartilhe:

Publicado em 21/05/2021 14h30 Atualizado em 21/05/2021 15h58

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará a implantação de 14 usinas fotovoltaicas, que geram energia elétrica a partir do sol, no município de Janaúba, no norte de Minas Gerais. O empreendimento tem capacidade de gerar 700 Megawatts (MW) de energia limpa e renovável para o sistema elétrico brasileiro, o equivalente ao abastecimento de 933 mil residências. O projeto é o maior complexo solar em construção na América Latina. Além disso, as obras para a instalação das usinas gerarão 1.265 postos de trabalho.

O financiamento do BNDES às 14 Sociedades de Propósito Específico (SPE) constituídas para esse projeto será de R\$ 1,47 bilhão. Esse montante equivale a 72% do investimento total, de R\$ 2,04 bilhões, e ocorrerá de forma direta, no âmbito do BNDES Finem.

As SPEs foram batizadas como Janaúba I Geração Solar Energia S.A., Janaúba II Geração Solar Energia S.A e assim em diante até a Janaúba XIV Geração Solar S.A. Elas pertencem à Elera Renováveis, braço de energia da gestora de ativos canadense Brookfield.

Os investimentos nessas 14 usinas envolvem sobretudo a aquisição de módulos fotovoltaicos (painéis que captam a irradiação solar e a transformam em energia elétrica), de trackers (sistema que orienta a angulação das placas solares para captação do sol) e de inversores (equipamento que armazena e distribui a energia captada pelos painéis). Mas também haverá obras civis para construção da subestação e a instalação das linhas de conexão para integração ao sistema interligado nacional.

"O apoio ao Complexo Fotovoltaico Janaúba demonstra o compromisso do BNDES com projetos que ampliem a participação das fontes renováveis na matriz energética brasileira. Além de gerar emprego e renda no entorno, o projeto concii-



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

lia a preservação do meio-ambiente com o desenvolvimento do país", explicou Petrônio Cançado, diretor de Crédito e Garantia do BNDES.

Com informações do BNDES

Assim, é extremamente importante que iniciemos o debate sobre este tema, diante do grande aumento nas faturas de energia elétrica nos últimos meses, que vem operando com a bandeira vermelha, pois, está se utilizado como fonte as Termoelétricas, diante da crise hídrica que assola no nosso país, sendo que em relação ao nosso município, foi decretado estado de calamidade pública, senão vejamos:

“Governo Federal reconhece situação de emergência no município de Cáceres devido à seca e crise hídrica

Publicado em: **16 de Setembro de 2021**

Autor: **Esdras Crepaldi**



Autor da Foto: Ronivon Barros



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em seu sistema, reconheceu situação de emergência em diversos municípios brasileiros, entre eles Cáceres, que sofre com problemas decorrentes de seca e estiagem.

A decisão se deu após a prefeita de Cáceres, Eliene Liberato Dias, estabelecer crise hídrica devido ao desastre natural, a seca, que castiga o município, através do Decreto Municipal nº 715 de 24 de agosto de 2021.

Nessas situações o Governo Federal destina recursos para auxílio emergencial, assistência e restabelecimento de serviços essenciais nessas localidades em situação de emergência ou calamidade pública.

Para solicitar os recursos, os municípios devem elaborar um plano de trabalho e encaminhar à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec).

Segundo a coordenadora de Defesa Civil, Andreлина Magali, com esse reconhecimento, a prefeitura vai encaminhar uma ação de resposta sobre a situação de emergência e entrar com outros processos.

Para prefeita Eliene Liberato Dias, esse reconhecimento é fundamental. “Tivemos um período de mais de 150 dias sem uma única chuva, uma seca que culminou com uma crise hídrica, e este reconhecimento da situação de emergência, comprova o caos que estamos vivendo. Além disso, ainda nos deparamos com grandes e incêndios no nosso município onde o clima seco e os ventos colaboram para focos de calor”, observou Eliene.

Esdras Crepaldi - CCom”

Por todos esses motivos, a aprovação desta Indicação é muito importante, e, certo em contar com o apoio de Vossas Excelências, reiteramos protestos da mais elevada estima consideração e apreço.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2021.

Vereador